



CARTA POLÍTICA DA CAMPANHA

Vote pelo Território ★ 2026

ALIANÇA
DE POVOS
E COMUNIDADES
TRADICIONAIS
GUARDIÕES
DA MATA
ATLÂNTICA



A Aliança dos Povos e Comunidades Tradicionais

Guardiões da Mata Atlântica é um movimento social que une indígenas, quilombolas, caiçaras, marisqueiras, pescadoras e pescadores artesanais, ribeirinhos, povos de terreiro e de matriz africana e demais comunidades tradicionais que vivem e cuidam deste bioma ancestral há séculos. Nosso objetivo central é defender os territórios, promover a efetivação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, bem como posicionar as práticas de manejo ancestral como pilares indissociáveis da conservação da natureza.

Neste ano, a Aliança lança a campanha **Vote pelo Território 2026**, uma plataforma viva de incidência política projetada para selecionar, divulgar e monitorar propostas concretas que se transformarão em compromissos e políticas públicas.

A campanha busca centralmente fortalecer candidaturas enraizadas em nossos territórios, que trazem a forma ancestral de fazer política para o centro da disputa eleitoral. Além disso, temos a tarefa de incentivar a participação política consciente entre nossos movimentos e comunidades, promovendo ações de formação e diálogo a partir das bases, com o intuito de garantir os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs).

Também entendemos que temos a tarefa de visibilizar candidaturas que se comprometam com nossa agenda política, manifestando formalmente sua adesão à **Campanha Vote pelo Território** e, assumindo assim o compromisso de vinculando suas futuras rotinas de governo e mandatos legislativos à defender ativamente defesa intransigente dos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) em seus futuros mandatos e governos.

Votar pelo Território é defender nossa Democracia e Soberania!

O ano de 2026 não se apresenta como um período eleitoral comum, mas como um ponto de inflexão histórica que determinará a sobrevivência ou o esmagamento dos povos das águas, do campo e das florestas no Brasil. A história dos nossos movimentos sociais demonstra que as forças reacionárias nos enxergam como inimigos a serem eliminados, por meio da exploração destrutiva dos biomas, da expansão urbano-industrial desordenada, do agronegócio predatório e do racismo ambiental.

Nesse cenário, a defesa do projeto político liderado pelo **Presidente Luiz Inácio Lula da Silva** é a nossa principal trincheira de resistência institucional e a base sobre a qual construiremos a nossa autonomia territorial.

Esta eleição é o momento crucial para defender, consolidar e radicalizar a **DEMOCRACIA** brasileira, resgatada. Não podemos nos esquecer de que o Estado Democrático de Direito foi resgatado do abismo graças à histórica vitória eleitoral de 2022, a qual barrou temporariamente o avanço do fascismo e culminou no fracasso da violenta tentativa de golpe de Estado arquitetada e liderada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, hoje condenado pelos crimes que perpetrou contra nossa Democracia! e pela cúpula militar de seu governo. O recente desfecho judicial que expôs as entranhas dessa organização criminosa — resultando no indiciamento, julgamento e na sua condenação a mais de 27 anos de prisão por crimes de golpe de Estado e abolição violenta da ordem democrática — demonstra a gravidade da ameaça que pairava (e ainda paira) sobre nossos corpos e territórios.

No entanto, é uma ilusão acreditar que a prisão dos líderes golpistas extinguiu o perigo. A extrema direita, representada pelo bolsonarismo golpista, continua ativa, capilarizada e financeiramente poderosa no país. Esta força se manifesta de forma explícita no Parlamento, onde as bancadas de oposição utilizam seu peso político para aprovar projetos escandalosos de "anistia" aos criminosos que depredaram a República, chantageando as instituições e impondo constantes retrocessos legislativos.

Defender a democracia em 2026 significa, obrigatoriamente, enfrentar essa máquina de ódio e disseminação de fake news, atuando diretamente na reconstrução e no fortalecimento das instituições democráticas, das políticas públicas essenciais, da justiça socioambiental e da soberania nacional. A soberania de um país não se mede pela ganância do mercado financeiro, mas sim pela efetividade dos direitos fundamentais de seu povo, incluindo a capacidade do Estado de garantir que seus povos originários e povos e comunidades tradicionais permaneçam vivos, protegidos e livres em seus territórios ancestrais.

Nesse sentido, a campanha Vote pelo Território compreende a disputa pelo Poder Executivo Federal, bem como as eleições para os Governos Estaduais, o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas, a fim de eleger representantes comprometidos com a agenda dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Precisamos eleger parlamentares da nossa própria base e aliados históricos que barrem os retrocessos da extrema direita e aprovem leis fundamentais para o combate às injustiças sociais estruturais. Precisamos de deputadas, deputados, senadoras e senadores que criem políticas públicas de defesa da sociobiodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados.

O atual cenário legislativo é marcado pela hegemonia de setores predatórios, controlados pelas bancadas do agronegócio, da especulação imobiliária e da mineração. É este Congresso “inimigo do povo” que tenta a todo custo impor a tese inconstitucional do “Marco Temporal”, que patrocina a PEC da Privatização das Praias, asfixia os orçamentos para a reforma agrária, impede o avanço da regularização fundiária e desmantela o processo de licenciamento e fiscalização ambiental.

Reconhecemos a importância do apoio e fortalecimento à candidatura de mulheres nos espaços de decisão destacando as diversas maneiras de existir enquanto mulher. Nós mulheres historicamente enfrentamos o discurso da ineficiência das nossas capacidades de decisão frente aos direitos a voto, não aceitamos retroceder nossos direitos diante aos constantes ataques que a extrema direita ultraconservadora e fascista seguem reproduzindo e disseminando com os recentes discursos de ódio aos direitos já conquistados. Reafirmamos que se faz fundamental e urgente candidaturas que defendam nossos diferentes corpos e que estejam comprometidas com o combate ao feminicídio e todos os demais dispositivos de violência contra as mulheres e seus territórios.

Vote Pelo Território traz para o centro do debate os conflitos reais que sangram nossos corpos, destroem os territórios e expulsam nossas famílias de suas comunidades. Destacamos as lutas contra a criação de unidades de conservação de proteção integral sobre territórios tradicionais e o avanço do capital que se materializa através do licenciamento e execução de grandes empreendimentos imobiliários, turísticos (de luxo e de massa), industriais, portuários, energéticos, minerários e logísticos sem a devida realização da consulta livre, prévia, informada e de boa-fé, violando frontalmente a Convenção 169 da OIT.

Votar pelo Território é votar pelo futuro do planeta e da humanidade!

Em 2027, celebraremos os 20 anos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, um marco fundamental na defesa dos nossos direitos. É o momento de avançarmos diante das urgências que atravessam o mundo, voltar nosso olhar para os territórios é fundamental para encontrarmos soluções baseadas na ancestralidade! É hora de implementar o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, lançado em 2026.

Por isso, convocamos as candidaturas a fortalecerem este plano, consolidando a estrutura necessária em termos jurídicos e orçamentários que garantam sua plena implementação, com a necessária participação social e o protagonismo dos Povos e Comunidades Tradicionais e suas organizações de todo o Brasil!

Compromissos políticos da Campanha Vote pelo Território

Abaixo, apresentamos as propostas que integram a Campanha Vote pelo Território 2026. Elas são inspiradas nos eixos do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, justamente para fortalecer este importante instrumento, construído coletivamente com a participação ativa de dezenas de organizações dos diversos segmentos de PCTs do Brasil. Tornam-se, portanto, compromissos políticos para as candidaturas que aderirem à nossa campanha, devendo servir para orientar o trabalho que desenvolverão se eleitas:

★ **Assegurar a permanência dos Povos e Comunidades Tradicionais em seus territórios ancestrais, garantindo os mecanismos necessários para promover a regularização fundiária, preservar a autonomia comunitária na gestão territorial, reconhecendo nossos modos de vida como pilares da conservação da sociobiodiversidade.**

★ **Investir na construção e qualificação de infraestruturas comunitárias adequadas aos nossos modos de vida, incluindo: moradia digna, saneamento básico, equipamentos públicos de saúde e educação, estruturas viárias adequadas, intervenções necessárias para adaptar nossos territórios às mudanças climáticas.**

- ★ **Reconstruir o aparato de licenciamento ambiental de modo a respeitar os direitos territoriais de PCTs, o respeito aos protocolos comunitários de consulta livre prévia e informada e de boa fé, especialmente no caso de grandes empreendimentos.**
- ★ **Implementar as políticas sociais diferenciadas, adequadas às nossas culturas e modos de vida, garantindo acesso à saúde por meio do SUS, às políticas de assistência social, a atualização dos sistemas de cadastro, para que constem todos os segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais.**
- ★ **Garantir o direito à educação diferenciada, conectada à transmissão de nossos saberes e fazeres tradicionais, com a valorização dos nossos mestres e mestras, e o fortalecimento de nossas culturas e modos de vida.**
- ★ **Fomentar e fortalecer a organização social e produtiva das cadeias sustentáveis de produtos e serviços dos povos e comunidades tradicionais, garantindo acesso a mercados, geração de renda, adaptação das normativas aplicáveis à realidade dos PCTs, e a proteção ao conhecimento tradicional associado⁸⁸ e repartição justa de benefícios.**
- ★ **Promover políticas de proteção às lideranças de PCTs contra violações de direitos, violências e ameaças; combater o racismo institucional, ambiental e fundiário e qualquer tipo de discriminação.**
- ★ **Ampliar a presença dos PCTs em espaços de participação social, valorizando e fortalecendo suas associações e organizações políticas, econômicas, culturais e comunitárias.**
- ★ **Investir em processos formativos para ampliar o conhecimento geral sobre os Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, e suas contribuições fundamentais para a cultura, educação, conservação ambiental, soberania alimentar, pesquisa e inovação e para a economia brasileira.**

**Votar pelo Território
é combater o racismo ambiental,
a crise climática
e o capitalismo extrativista!**

As candidaturas apoiadas pela Campanha Vote pelo Território têm ainda a missão e o compromisso de combater retrocessos legais que afetem nossos direitos e a descontinuidade de políticas públicas importantes para garantir o Bem Viver e o Viver Bem em nossas comunidades!

- Não ao marco temporal!
- Não à PEC de privatização das praias!
- Pela derrubada da Lei da Devastação, com a reconstrução do sistema de licenciamento ambiental brasileiro!

**Pelos Territórios;
Pelos Direitos;
Pela Vida!**

